

IMPASSES NA REGIONALIZAÇÃO DO SUS: O CASO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

PESSOTO, U.C¹.

GUIMARÃES, R.B².

1 Pós-graduando em geografia, FCT/Unesp, P.Prudente, SP. Email ucpessoto@terra.com.br.

2 Professor assistente-doutor do Departamento de Geografia, Fct/UNESP, P.Prudente, SP. Email raul@fct.unesp.br

Resumo

O presente trabalho visa analisar o processo de regionalização da saúde no Brasil. Para isto, consideramos os entraves da regionalização efetuada sob orientação das NOAS de 2001 e 2002, e os possíveis avanços que o Pacto pela Saúde de 2006 pode representar. Como eixo organizativo da ação analítica bem como dos processos de síntese, estabelecemos como referencial o próprio arcabouço legal do SUS. Tendo em vista a documentação levantada (normas operacionais, portarias, atas de reuniões técnicas, etc), é a análise institucional e do discurso que embasa a aproximação hermenêutica entre os conceitos geográficos de região e território e as práticas de organização do SUS. Até o momento o que se verifica é a continuação do processo de delimitação territorial das regiões a partir do processo anterior, de 2002, tendo como base a necessidade de contigüidade e fluxos já estabelecidos dos usuários do SUS. Apesar do Pacto pela Saúde de 2006 reiterar a necessidade de se organizar a rede assistencial de saúde e de vigilância em saúde em regiões de saúde como forma de aprimorar o funcionamento do SUS e otimizar seus recursos, a memória de pertencimento às antigas divisões políticas-administrativas impede saltos criativos dos atuais gestores para além do preconizado pelas normas. Também dificulta a novidade o absoluto enquadramento à rede assistencial prévia, sem perspectiva futura em virtude da escassa possibilidade de investimentos. A “síndrome do ninho vazio” também ronda a boa relação entre esfera estadual e a municipal, inviabilizando o desenvolvimento das autonomias municipais, se escorando o gestor estadual no monopólio da inteligência epidemiológica.

Palavras chave: Regionalização do SUS, região, território, pacto federativo.

OBSTACLES IN THE REGIONALISATION OF THE SUS: SÃO PAULO CASE

Abstract

The present work aims to analyse of the health policy regionalisation in Brazil. For this, we consider the legal obstacles since NOAS 2001 and 2002 was established, and the possible advances of the Pact for the Health after 2006. As axle of the analytical and the synthesis processes, we defined the legal references of the Brazilian health policy. From de many official documents (operational norms, acts of workshops and technical meetings), we proceeded the analysis of the speech based in the hermeneutic approach to understand of the meanings about geographical concepts as the region and the territory. Until this moment, it was verified that the continuation of the process of territorial delimitation of the

regions from the previous process taking in a count the necessity of proximity and the flows established by the users of the health services. Despite the Pact for the Health of 2006 reiterating the necessity of organizing the assistance network and monitoring health in health regions as form to improve the development of the national health policy and to optimize its resources. Also the absolute framing to previous the assistance network makes it difficult the newness, without future perspective in virtue of the scarce possibility of investments. The "syndrome of the empty nest" also patrol the good relation between state sphere and the municipal government, making impracticable the development of the municipal autonomies, if propping up the state manager in the monopoly of intelligence.

Keys-words: health region, regionalisation process, territory, federative pact.